

O CICLO DO ALGODÃO E O URBANO EM FORTALEZA: "EVIDÊNCIAS DAS CONTRADIÇÕES URBANAS"

Vera Mamede Accloly*

O trabalho tenciona elaborar uma análise do espaço urbano em Fortaleza, evidenciando a relação existente entre a economia do ciclo do algodão e a organização do espaço nesse momento. Esta análise ressalta os fatores de natureza econômica e sóciopolítica que interferem e até determinam a estruturação do espaço da cidade.

Vale salientar que o texto pretende ser um ensaio para discussão, de forma a propiciar uma visão crítica e consciente do referencial teórico e metodológico a ser explorado num trabalho de maior fôlego sobre o tema. Os estudos sobre Fortaleza que tratam do urbano a partir da compreensão da sua formação social são escassos e, ainda mais, são exíguas as fontes documentais seguras.

Entende-se assim, principalmente, que a dinâmica do espaço urbano é o resultado concreto das relações humanas que nele se estabelecem. A intenção precípua desse texto é explicar o presente mediante o conhecimento do processo histórico que lhe deu forma e conteúdo.

A cultura do algodão, consorciada com a pecuária desde o século XVIII, vem assumir um papel fundamental no século XIX por constituir-se a base econômica do Ceará, definindo o desempenho de Fortaleza na esfera da circulação no processo capitalista internacional. Daí o interesse de entender-se como este espaço organizou-se e foi gerenciado para atender às injunções econômicas e políticas.

Fortaleza, como outras cidades brasileiras do século XIX, desempenha a função de sede dos aparelhos da administração e sede do capital comercial, tendo, portanto, como interlocutores diretos no agenciamento urbano: o Estado, o capital privado e a população. Tenciona-se aqui indagar a participação do Estado no processo de acumulação privada do capital.

Dentro desse pressuposto dirigiu-se a análise a partir de duas vertentes articuladas, que interferem diretamente na organização do espaço da cidade: os investimentos públicos, que atendiam às necessidades de aglização do capital comercial, e as medidas disciplinadoras, que exerciam um controle político sobre a população. Pretende-se ainda esclarecer a origem do capital que financia a atividade produtiva e gerencia os serviços de infra-estrutura urbana e suas articulações com o capital imobiliário. Diante do exposto, busca-se evidenciar a ação do Estado com referência ao urbano em investimentos públicos e políticos de concessões à iniciativa privada. Concomitante, far-se-á uma análise correlata do processo de ocupação física e social contemplando as classes sociais que compõem o universo da sociedade.

* Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFCE.

O texto divide-se em cinco partes: a primeira, esta introdução, explicitando a idéia-mestra e as vertentes de explicações e contextualização histórica; a segunda trata do arcabouço da economia do Ceará no ciclo do algodão, destacando o papel de Fortaleza na divisão internacional do trabalho; a terceira reserva-se à compreensão da organização do espaço em Fortaleza na primeira metade do século XIX; a quarta mostra a problemática urbana na segunda metade do século XIX, e, finalmente, a conclusão procura deixar claro como o referencial teórico interagiu com a análise empírica evidenciando os resultados aqui apresentados. A metodologia utilizada consistiu na análise crítica de dados secundários e, quando possível, primários, incluindo bibliografia especializada, planos, mapas e estudos já existentes que contemplam o assunto.

ASPECTOS DA ECONOMIA CEARENSE NO CICLO DO ALGODÃO

Tenta-se aqui recuperar os elementos constitutivos da economia nacional no final do século XVIII e no século XIX, a fim de encontrar uma pista para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico do Ceará. Deste modo, Fortaleza será entendida a partir de um marco mais amplo, que inclui a compreensão da formação social do Ceará. A função de intermediação da produção agroexportadora e a comercialização assumidas pelas cidades brasileiras no século XIX só podem ser clarificadas entendendo-se a dinâmica das relações urbano-rurais.

Na segunda metade do século XVIII, em nível nacional, principia-se uma nova etapa com a constituição das economias primário-exportadoras. O recrudescimento da agricultura respalda-se em produtos que têm pesos diferentes no mercado internacional. Isto vale para entender o desenvolvimento assimétrico das diferentes regiões brasileiras de conformidade com a sua produção em relação à demanda externa. Os produtos que participavam da pauta de exportações internacionais eram o café, o algodão, a cera de carnaúba, a borracha, o couro e os produtos de subsistência.

O Ceará apresenta um quadro econômico promissor em relação ao século XVIII, mas, comparado ao padrão de acumulação internacional, ainda permanece muito tímido. É importante ressaltar alguns aspectos que podem explicar melhor a trajetória do desenvolvimento da economia primário-exportadora do Ceará, enfatizando-se a relação rural-urbana. Aqui a economia mercantil surgiu submetida aos ditames do mercado externo, dispondo de recursos tecnológicos limitados e às vezes ultrapassados na esfera da produção e dos transportes e dependente de fatores mesológicos adversos. Convém ainda salientar que, mesmo à mercê de tais limitações, em meados do século XIX confirma-se um superávit na balança de pagamentos, que vem contribuir para o aumento das rendas públicas. Esta circunstância, somada à integração do Ceará a outros mercados do país, elevam-no a um novo patamar no seu processo de acumulação de base mercantil.

"A dinamização do comércio, que decorreu da maior integração do Ceará à economia internacional, ampliou as bases da acumulação da burguesia comercial estabelecida principalmente nos núcleos urbanos do litoral e dos grandes proprietários, assim como favoreceu o aumento das rendas públicas"¹.

A ocorrência neste momento de alterações na estrutura socioeconômica e política internacional criou novas correlações de forças possibilitadas pela Revolução Industrial, ficando o Ceará como agente catalisador da produção e exportação de um produto partícipe

da pauta de exportação internacional: o algodão. O avanço da indústria têxtil inglesa propiciado pela Revolução Industrial, conjugada à Guerra da Secessão americana, e a queda da produção de outros fornecedores deram oportunidade ao Nordeste agrário não açucareiro de incentivar a cultura do algodão já implantada desde o século XVIII.

A conjugação de fatores exógenos e endógenos determinou o grau de participação de Fortaleza na conjuntura internacional. Tais fatores determinaram a forma de seu enquadramento na economia de mercado, coexistindo, assim, relações tradicionais e modernas distribuídas na cidade de forma a viabilizar o processo capitalista internacional.

A base econômica do Ceará até o momento dependia exclusivamente da pecuária, nascida e vivenciada como atividade de retaguarda à economia de exportação açucareira. A partir do fim do Setecentos, o algodão alia-se à pecuária contribuindo para reforçar a base econômica da província, induzindo a alterações na organização espacial, reforçando os núcleos atrelados à sua produção ou à sua comercialização. Fortaleza torna-se, inicialmente, um centro coletor e beneficiador de produtos primários ascendendo, em seguida, a centro de transformação dessa mesma produção.

No final do século XVIII, dois fatores ocorrem no Ceará, cuja influência se dá diretamente sobre a posição de Fortaleza no contexto da economia do estado na esfera da circulação de mercadorias: o desenvolvimento da agricultura de exportação no Nordeste não açucareiro e a separação administrativa do Ceará da capitania de Pernambuco.

Em nível nacional, convive-se no século XIX com uma realidade histórica diferente, propiciada pela abertura dos portos, medida esta de iniciativa dos ingleses para difundir o processo de produção capitalista e que culminou com a independência das colônias americanas, em especial, do Brasil. Neste momento a inserção do Ceará na divisão internacional do trabalho altera a sua estrutura econômica interna e as relações de poder até então existentes.

Até o início do século XIX, Fortaleza era um centro embrionário com uma população rarefeita organizada em torno do riacho Pajeú sem nenhuma expressão urbana. A política centralizadora no intuito de reforçar as capitais de províncias eleva Fortaleza à categoria de cidade em 1816 por ordem régia que atingiu todas as capitais de províncias, até então ainda vilas.

"A solicitação feita para elevar a vila à categoria de cidade se bem não resultaria em alterações na vida econômica e administrativa do aglomerado, deveria corresponder ao desejo do estrato dominante de igualar-se em prestígio aos da cidade de Salvador e Rio de Janeiro"².

Só a partir do século XIX é que Fortaleza se impõe no cenário urbano nacional na qualidade de capital de província. O núcleo urbano incipiente já implantado desde o século XVII prepara-se como aparelho burocrático e comercial capaz de atender às injunções impostas pela inserção do Ceará na divisão internacional do trabalho como centro de produção e exportação do algodão. As alterações econômicas de natureza estrutural ocorridas no decorrer do século XIX têm sua contrapartida na aparência e no conteúdo do urbano.

Este fato ocasiona a emergência de "classes"³ sociais na segunda metade do século XIX, praticamente inexistentes, constituídas por uma burguesia composta de cearenses e estrangeiros, em especial franceses e ingleses, complementada por uma classe média que incluía os profissionais liberais e um conjunto crescente de trabalhadores. Surgem novas necessidades materiais que vão dinamizar as atividades econômicas e políticas e atender às expectativas dessa "classe" social que vem participar da nova dialética urbana. O emprego

de navios a vapor após 1860, agregado a outro fator de ordem política que objetivava fortalecer as capitais de províncias, inviabilizou o porto de Aracati em favor de Fortaleza.

A reprodução do capital internacional passa a dar-se em dois níveis: diretamente no setor produtivo, através do comércio de matéria-prima, e no urbano, no gerenciamento dos serviços (transportes, esgoto, água, etc.), via concessões obtidas do Estado. Presencia-se, na concretização do espaço, a segregação dos usos, que revelam a divisão funcional da cidade. O mesmo comportamento reserva-se às "classes" sociais, que passam a evidenciar suas diferenciações em relação à localização, mas, principalmente, na variação tipológica: residência térrea para a população mais simples e os sobrados para a classe dominante. Dentro desta prerrogativa, também as técnicas construtivas mais refinadas e a qualidade dos elementos decorativos serviam como parâmetros de revelação das "classes" sociais de seus usuários.

As novas formas de mobilidade no espaço advindas com a introdução do sistema ferroviário e dos bondes criou outra forma de articulação intra-urbana, possibilitando a sua expansão pela substituição de áreas antes de uso rural para uso urbano e interurbano, determinando aquelas responsáveis pela captação dos excedentes e o procedimento de exportação. A implantação dos serviços de bonde e da rede ferroviária viabilizou-se na segunda metade do século XIX, possibilitada pela entrada do capital internacional através das concessões e pela destinação de verbas oriundas do governo central, fortalecendo as capitais de províncias.

A primeira estrada de ferro foi implantada em 1870, ramal Fortaleza-Baturité, assim como ocorreram algumas decisões governamentais no sentido de beneficiar a economia de Fortaleza através da construção de estradas para as áreas produtivas mais desenvolvidas da província, tais como Icó e Sobral. Isto se constituía um mecanismo que vinha justificar a remodelação do porto e, ao mesmo tempo, dispor dos recursos da iniciativa privada.

A trajetória do fluxo de mercadorias, o acréscimo populacional e a preparação de Fortaleza com infra-estrutura e serviços para atender a necessidades materiais do capital e da burguesia comercial deram uma nova morfologia à cidade, fixando a tendência ao traçado radiocêntrico. As principais vias de penetração definiram-se no período do governo de Alencar, ligando Fortaleza a áreas de cultivo do algodão e às áreas de cultivo de subsistência; assim, as vias de entrada, denominadas então caminhos, eram em direção a Soure, a Arronches e a Messejana.

As intervenções urbanas davam-se em dois níveis: a alocação de recursos em obras urbanas e arquitetônicas, tendo em vista o reforço da economia, e os planos disciplinadores, de forma a exercer controle político sobre a população.

FORTALEZA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

O reforço das relações capitalistas em Fortaleza, propiciado pela sua função de núcleo hegemônico de captação de recursos, induz a alterações de caráter espacial deixando emergir contradições inerentes à coexistência de relações tradicionais e relações tendenciosamente capitalistas. O espaço urbano passa a retratar os conflitos próprios da lógica da economia de mercado.

Fortaleza, nas primeiras décadas do século XIX, é ainda uma cidade modesta, começando a participar de um processo de transformação que iria diferenciá-la de forma marcante das demais cidades do Ceará. Devido a insuficiência de dados empíricos e dada

a existência de informações muitas vezes contraditórias, é difícil um critério de avaliação seguro. Admitamos como verdadeira a informação de que o acréscimo populacional de Fortaleza entre 1813 e 1837 corresponde a 35,76%, passando de 12.195 habitantes para 16.557 habitantes, valor significativo para o período. Entretanto os dados de crescimento populacional dissociados de outras variáveis não podem refletir nenhuma alteração de caráter qualitativo. A sua conjugação com descrições referentes às mudanças nas tipologias arquitetônicas e no agenciamento urbano, feitas por João Brígido, servem para explicar a ingerência do poder público sobre o urbano em Fortaleza e a forma de articulação entre a esfera pública e a privada diante do processo de acumulação capitalista⁴.

Dentro desta perspectiva e tendo em vista a importância das injunções políticas sobre o urbano, é necessário delinear as estruturas políticas do período imperial e, em seguida, de regencial refletiram-se nas medidas que dizem respeito diretamente ao urbano.

No caso específico de Fortaleza, no primeiro momento, ocorreram inversões públicas em obras de iluminação, aterro do riacho Pajeú, construção e reparação de chafarizes, sangradouro da lagoa do Garrote, obras de construção da cadeia pública, obras da matriz e do palácio do governo, construção da alfândega. Para facilitar a mobilidade tanto de fluxo de mercadorias como de população foram construídas pontes sobre os rios Cocó, Cauhassu, Tauape e Maceió⁵. No quadro arquitetônico, atendendo à expectativa burguesa de valorização do conforto e do progresso, o sobrado foi introduzido e constituía-se um símbolo de modernidade.

Em 1823 foi elaborado por Silva Paulet um plano de expansão desvinculado da realidade geográfica da cidade, a partir de uma malha de ruas cortadas em ângulo reto e sem estabelecer nenhum critério de hierarquia urbana. Dentro deste quadro, as contradições já se evidenciam na segregação espacial e funcional na mancha urbana de maior densidade ao longo do riacho Pajeú, englobando três bairros: o da praia, entre o mar e os barrancos, o bairro do Outeiro, à direita do Pajeú, e o bairro do comércio, à sua esquerda, formado pela Rua Direita ou dos Mercadores e Rua do Rosário.

Percebe-se uma gradual e lenta diferenciação social na ocupação residencial da camada de comerciantes, alguns de origem estrangeira, nas áreas mais centrais e da população menos favorecida em áreas menos salubres, próximas ao porto. Constata-se um prenúncio de organização funcional na concentração das atividades comerciais próximas ao curso do riacho do Pajeú e das áreas residenciais mais nobres nas ruas de sentido norte-sul, mais valorizadas e quase sempre ocupando os lotes de testada leste com fundo correspondente. Este quadro urbano que se esboça reflete a emergência de uma burguesia comercial que passa a ter ingerência na organização do espaço.

"As ações da câmara por este tempo oferecem indícios de uma organização de interesses dos comerciantes, quando reivindicam a manutenção na administração da capitania do governador, que havia estimulado a comercialização direta com Portugal e Inglaterra após a abertura dos portos, quando reclamam contra a cobrança de subsídio militar..."⁶

Apesar de Fortaleza manter relações comerciais com a Inglaterra na primeira metade do século, Aracati ainda continua como área tributária para a exportação do algodão juntamente com Recife; este último disputa um valor de exportação superior às demais.

Conforme relato de Raimundo Girão, a economia do Ceará no período subsequente à Independência registra uma queda significativa da produção motivada pela seca de 1824-

-1826, o surto de peste e as rebeliões. Além do mais, a crise agrava-se face a diminuição da demanda externa do algodão brasileiro e a baixa do preço no mercado internacional. Toda esta perspectiva desfavorável torna-se mais grave em virtude da inexistência de rendas oriundas de tributação. Entretanto, no período regencial, as capitais de províncias, como destaca Lemenhe, são reforçadas como núcleo principal na captação de excedentes. Este fato ressoa significativamente na necessidade de criarem-se condições urbanas condizentes com as reais aspirações da burguesia emergente e com a reprodução do próprio capital.

As expectativas burguesas encontram eco nas atribuições das câmaras, que exercem o controle urbanístico, imprimindo uma nova disciplina espacial que resguarde os interesses e exigências da expansão do capital. Estes critérios de disciplina da população reforçavam-se com os códigos de posturas municipais que vinham contribuir para o estabelecimento da ordem pública com o aumento da segurança da população, da saúde e da comodidade. No campo específico das edificações eram estabelecidos critérios de estética em que os requisitos básicos diziam respeito à regularidade das construções e das ruas, exercendo assim um controle sobre a população.

FORTALEZA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A hegemonia de Fortaleza ocorre de fato na segunda metade do século XIX e teve como um dos fatores básicos a política centralizadora que usava como estratégia reforçar as capitais de província, ocasionando não só o direcionamento de verbas do governo federal para as capitais, como também contribuindo para o aumento da tributação. Em meio a essa nova conjuntura, Fortaleza passa a reunir melhores condições para modernizar-se e, ao mesmo tempo, dispor de serviços e condições infra-estruturais para impor-se como capital da província, atendendo a suas funções administrativas e comerciais e, ainda mais, desempenhando o papel de pólo regional das regiões circunvizinhas.

Em Fortaleza, o período posterior à década de 60 constitui-se o início propriamente da expansão acelerada da malha urbana e da ocupação mais densificada, correspondendo à etapa de consolidação de um processo de mudanças já iniciado na primeira metade do século para atender às necessidades de reprodução do capital nacional e estrangeiro. Assiste-se, neste período, a uma tendência política, emanada do governo central, de centralização das decisões, que se refletirão nas províncias pelo fortalecimento do Poder Executivo, o qual servia como mediador entre o governo central e as municipalidades.

Desta forma, Fortaleza gradualmente vem disputando o lugar de destaque entre as cidades do Ceará na qualidade de centro de captação do excedente para exportação ou consumo interno e na distribuição de produtos importados, na maioria dos casos reservados ao seu mercado interno. Tudo isto contribuiu para o surto de modernização e as propostas de renovação urbana de iniciativa privada e pública dirigidas para a melhor eficiência do processo de acumulação na esfera da circulação do capital.

A instalação da ferrovia ligando a capital à cidade de Baturité em 1870⁷ permitiu a melhor fluidez das mercadorias para exportação e importação e um maior fluxo de população para a capital. Pode-se constatar que neste período muitos fazendeiros vieram residir na capital para usufruir das novas condições de vida urbana inexistentes em sua área de origem. A implantação das linhas de bonde em 1880, inicialmente puxado a burro, facilitou a fluidez interna, ligando, num primeiro momento, o centro às áreas de abasteci-

mento, como o matadouro, e à área de escoamento, como o porto. As empresas concessionárias dos serviços de bondes como a Ceará Light Tramways and Power Co. Ltd., segundo Otacílio de Azevedo, mantinham relações de trabalho muito penosas para seus operários com alto grau de exploração, expresso nos salários e nas condições precárias de trabalho. Podemos comprovar numa estrofe de seus versos a indignação do escritor:

*"Empreguei-me na 'Light' o longo espaço
de três anos brutais, consecutivos,
as forças diminuindo no cansaço
ante um grupo integral de homens cativos"*

Temos ainda a pavimentação com calçamento de pedras toscas das principais ruas da cidade em 1857, dando o padrão urbano diferenciado às áreas mais nobres. É notória a interferência destes fatores na expansão física da cidade, que vem expressar-se concretamente com a ampliação da mancha urbana e no modelo de ocupação, com a construção de residências de padrão mais elevado dentro de uma linguagem eclética bem condizente com os valores burgueses. Esta nova tipologia arquitetônica possivelmente destinava-se aos comerciantes locais e estrangeiros que assumiam o controle do capital local.

*"O ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa
que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando
melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a
produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto"*

Concomitantemente outros serviços foram implantados, tais como serviço de águas reservado à construção de poços, pela Ceará Water Works Co. Ltd., em 1863; a iluminação pública e domiciliar a gás pela Ceará Gás Co. Ltd. em 1865; o serviço de telégrafo, conectando inicialmente o Rio Grande do Norte em 1878 e, em seguida, o Rio de Janeiro em 1881; o serviço de telefonia comercial que teve influência não só nas novas condições urbanas, mas principalmente no circuito de realização do capital local e estrangeiro.

A expansão urbana decorreu em parte do próprio aumento populacional e do processo de acumulação capitalista realizado aqui através da agricultura de exportação. Também houve a capitalização em terrenos que conduziram a empreendimentos imobiliários (loteamentos), forma de gerência de lucros em períodos de crise do capital produtivo.

A tendência à concentração cada vez mais intensa da população e o aprofundamento das relações capitalistas respondem pela ampliação e surgimento de novos espaços de sociabilidade necessários a todas as "classes" sociais. A preocupação em remodelar as áreas de lazer como o Passeio Público — uma ampla praça dividida em três planos iguais — evidencia a estratificação presente na sociedade naquele momento. Cada plano reservava-se a uma "classe" diferente: no primeiro, Caio Prado, reunia-se a "classe" alta; no segundo, Carapinima, a "classe" média e, no terceiro, Av. Padre Mororó, a "classe" operária.

À medida que se aproxima o final do século, as contradições passam a transparecer com mais força dentro das próprias relações de produção, e as tensões sociais já passam a ser motivo de preocupação. Desta forma, passa a haver um controle mais efetivo sobre a população. Os discursos dos governantes e a própria legislação (códigos de postura) têm o sentido de disciplinar o espaço e implantar programas que facilitem este controle social. Presencia-se a implantação dos estabelecimentos de ensino, com a instalação das escolas

primárias; a ampliação da cadeia pública e a criação de oficinas na mesma para os detentos; a construção do asilo de alienados São Vicente de Paula, a Fênix Caixeiral, associação dos comerciários e outros mais.

A construção do novo porto, projeto de John Wawshaws e execução da Sociedade Inglesa Ceará Harbour Corporation Ltd., além de ter um efeito dinamizador para o processo de acumulação induzirá a expansão da cidade ao incorporar um novo bairro, a Prainha.

Atestam-se, na segunda metade do século XIX em Fortaleza, transformações urbanas que desencadearam o processo de expansão acelerada e elevaram a cidade a um novo patamar no contexto das cidades cearenses.

...

No presente trabalho evidenciou-se a importância do entendimento das relações econômicas e políticas para o esclarecimento da estruturação do espaço da cidade de Fortaleza. Na realidade, a economia do ciclo do algodão não constitui aqui uma monocultura capaz de sozinha responder pelas alterações socioeconômicas ocorridas no Ceará no século XIX. Naquele momento, além da permanência do consórcio pecuária-algodão, outros produtos concorreram juntos ou alternaram-se na dinamização do capital mercantil, contribuindo para a hegemonia de Fortaleza no cenário urbano do estado. Este fato, associado à política centralizadora do período regencial e imperial brasileiro, determinou sua função de sede do capital comercial e dos aparelhos da administração provincial.

A ocorrência de tais fatores concorreu para o processo de transformação de Fortaleza, modernizando-a e ampliando a sua infra-estrutura e os seus serviços urbanos. Pode-se confirmar que Fortaleza, já no final do século XIX, assume um caráter urbano e modernizante.

As alterações na sua organização dependeram fundamentalmente dos investimentos em infra-estrutura, sejam públicos ou privados, e em obras de edificações. Os primeiros realizaram-se através da construção de estradas, de pontes e a instalação de serviços de água, iluminação, transportes intra-urbanos (bondes) e interurbanos (trens), possibilitados pela política de concessão à iniciativa privada. No segundo caso, estão a construção do porto e outras obras destinadas aos serviços burocráticos. Comprova-se, assim, a presença do capital estrangeiro, especialmente inglês, financiando o setor produtivo e gerenciando os serviços urbanos. Tal política visava a melhor fluidez das mercadorias e da população necessária à esfera da realização da produção capitalista internacional.

Atendendo a esta lógica da economia de mercado, são implementadas medidas disciplinadoras concretizadas no espaço através dos planos, iniciados com Paulet (1823) e tendo continuidade com Adolpho Herbster (1859, 1865, 1888), e os Códigos de Posturas Municipais (1835, 1865, 1870 e 1879). Os Códigos de Posturas do Município de Fortaleza orientaram-se pelas leis do período imperial brasileiro que objetivavam a adoção de providências no sentido de resguardar a coletividade, visando a tranquilidade, a segurança e a saúde da população.

Evidencia-se nestas medidas disciplinadoras um caráter de renovação, com preocupações com a ordem e a higiene, consistindo assim numa alternativa política de controle da população. Tal preocupação revela-se na construção do cemitério público, do asilo de alienados, nas áreas de oficinas da cadeia pública, na alfândega, etc.

Finalizando, pode-se constatar que o estudo do século XIX torna-se significativo para entender-se a gênese da sociedade burguesa, expressa na cidade nas idéias de conforto, de progresso, de moderno e de higiene, que trazem em seu bojo as contradições sociais e espaciais inerentes à lógica do desenvolvimento capitalista.

NOTAS

- (1) LEMENHE, 1983.
- (2) Idem
- (3) Entende-se aqui o termo "classe" como demonstração da existência de grupos dentro da sociedade com *status* ou prestígio diferenciado sem admitir-se a predominância de relações capitalistas em Fortaleza no século XIX.
- (4) BRÍGIDO, 1979.
- (5) LEMENHE, 1983.
- (6) *Ibid.*
- (7) FERREIRA, 1989.
- (8) AZEVEDO, 1980.
- (9) PATETTA, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPANRIO/ZAHAR, 1987.
- AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza Descalça: reminiscências*. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.
- BRÍGIDO, João. *Fortaleza em 1810 - Crônicas/João Brígido*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979.
- CASTRO, José Liberal de. *Cartografia Urbana Fortalezaense na Colônia e no Império e Outros Comentários*. In: *Fortaleza. Administração Lúcio Alcântara, 79/82*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.
- FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930; Projeto Histórico do Ceará, política, indústria e trabalho 1930-1964*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FUSCO, Renato. *História de la Arquitectura Contemporanea*. Madrid: A. Blume Ediciones, 1981.

- GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.
- _____. *Geografia Estética de Fortaleza*. 2.ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1979.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Expansão e Hegemonia Urbana: o caso de Fortaleza*. Fortaleza, 1983 (Tese de Mestrado, UFC) mimeo.
- NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha; Crônicas*. 2.ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano. In: *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU, jun./set., 1982.
- PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Eclétismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SILVA, José Borzacchiello. *O Algodão na Organização do Espaço, História do Ceará* (vários autores). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989.